



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

Educação Sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios
enfrentados pelo professor

Gama-DF
2021

ESTEPHANY DA SILVA ALVES

**Educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios
enfrentados pelo professor**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Pedagogia do Centro
Universitário do Planalto Central Aparecido dos
Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Theresa O. Corrêa

Gama-DF
2021

A474e

Alves, Estephany da Silva.

Educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios enfrentados pelo professor. / Estephany da Silva Alves. – 2021.

43 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Gama-DF, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Maria Theresa de Oliveira Corrêa.

1. Anos iniciais – Ensino fundamental. 2. Educação sexual. 3. Formação continuada. 4. Sexualidade. 5. Professor. I. Título.

CDU: 370

ESTEPHANY DA SILVA ALVES

Educação sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios enfrentados pelo professor

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Theresa O. Corrêa

Gama, 09 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a Maria Theresa de Oliveira Corrêa

Orientadora

Prof^a Me. Rhêmora Ferreira da Silva Urzeda

Examinadora

Prof^a Me. Risoleide de Sousa Nascimento

Examinadora

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus por te me mantido firme no meu propósito e sonho de ser pedagoga.

Segundamente a minha querida e amada filha Maria Flor, que é a razão para que eu persistisse em seguir esse sonho, mesmo diante de todas as dificuldades impostas durante esse período.

Dedico também a Dona Silvani, minha mãe, que cuidou e se prontificou a me ajudar durante todo o período de estudos e nunca me deixou desistir.

Á meus queridos amigos, Letícia Sousa e Enock Lucena que tanto me incentivaram, me deram forças e compartilharam tantos conhecimentos comigo, minha eterna gratidão.

Dedico a todos os profissionais da educação que passaram e seguem presentes em minha vida tanto no meio acadêmico quanto no profissional, desde o começo do curso até a conclusão dele, coordenadores, professores e monitores, que tanto me ensinaram e servem como inspiração para minha atuação como pedagoga, em especial, a querida professora Maria Theresa, que me auxiliou na construção desse trabalho de forma excepcional.

Um agradecimento mais que especial ao meu amado parceiro de vida, Lucas Camara, por todo o incentivo, apoio e por todas as vezes que me confortou e me fez acreditar que eu era capaz.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a todos os professores que passaram pela minha vivência como estudante de pedagogia e em meu exercício profissional até aqui, que me motivaram para a realização desse trabalho e que servem para mim como inspiração de como ser uma pedagoga de excelência.

RESUMO

O presente estudo aborda a educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental com o objetivo de apontar os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema nesse segmento. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo baseia-se em uma revisão da literatura com uma abordagem qualitativa. Foram utilizados 29 resultados de estudos que abordassem o tema, desde o começo do debate da educação sexual nas escolas em decorrência da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais até a discussão do tema nos dias de hoje com a nova Base Comum Curricular. Os resultados afirmam a necessidade de perceber as crianças como seres sexuados, além da importância de entender, conversar e naturalizar o tema sexualidade entre os estudantes, educadores e pais. O estudo também aponta relevância do incentivo a formação continuada voltada para a temática, com o objetivo de preparar os educadores na abordagem do assunto de maneira clara, efetiva, crítica e livre de tabus. Apesar dos resultados da revisão de literatura indicarem a relevância do debate sobre a sexualidade, essa questão pouco é vista no contexto escolar, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, muito em decorrência da cultura tradicionalista e por muitas vezes ignorante vigente em sociedade.

Palavras-chave: anos iniciais do ensino fundamental; educação sexual; formação continuada; sexualidade; professor.

ABSTRACT

This study addresses sexual education in the early years of elementary school the aim of pointing out the challenges faced by the teacher in addressing the topic in this segment. The methodology used to develop this study is based on a literature review with a qualitative approach. Twenty- nine results of studies that addressed the topic were used, from the beginning of the debate on sexual education in schools as a result of the creation of the National Curriculum Parameters to the discussion of the topic today with the new Common Curriculum Base. The results affirm the need to perceive children as sexual beings, in addition to the importance of understanding, talking and naturalizing the topic of sexuality among students, educators and parents. The study also points out the relevance of encouraging continuing education focused on the subject, with the objective of preparing educators to approach the subject in a clear, effective, critical and taboo-free manner. Although the results of the literature review indicate the relevance of the debate on sexuality, this issue is rarely seen in the school context, especially in the early years of elementary school, largely as a result of traditionalist and often ignorant culture in society.

Keywords: early years of elementary school; sex education; continuing education; sexuality; teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reprodução Humana.....	23
Figura 2– Família Tradicional	24
Figura 3 – Banalização da Infância	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Natureza e quantitativo dos trabalhos consultados.....	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 Parâmetros Comuns Curriculares e a abordagem de educação sexual nas escolas	16
2.2 A importância do ensino de educação sexual para a vida das crianças.....	18
2.3 Dificuldades dos professores em trabalhar a sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre educação sexual é um tema ainda recebido como um tabu. Apesar do avanço dos últimos anos, ainda existem professores e pais que entendam que ao tratar o tema sexualidade na escola estarão induzindo os estudantes ao ato, ou mesmo erotizando-os. Há, também aqueles professores que defendam o debate do tema nos espaços escolares, como um meio dos estudantes exercerem a sexualidade de forma segura, conhecendo seu corpo e desenvolvendo a autoestima, porém, esses educadores sentem um déficit de parceria e incentivo da escola e dos responsáveis para garantir essa educação de maneira efetiva.

Compreende-se que a educação sexual é um tema que vai além do ato sexual. A falta de reflexão sobre o tema favorece a intolerância, o preconceito, a violência a comunidade LGBTQIA+, o aumento das infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e o abuso sexual infantil.

Apesar de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) orientarem o trabalho de orientação sexual nas escolas a partir de ações integradoras, críticas e reflexivas, de forma transversal e interdisciplinar, percebi que, ao longo do meu trabalho nos anos iniciais em diferentes escolas a temática sexualidade não fora abordada espontaneamente pelos docentes. Foi também perceptível um constrangimento e até uma repreensão por parte dos professores regentes quando algum estudante levantava uma dúvida ou fazia uma “brincadeira” de cunho sexual. Essas atitudes me levaram a levantar questionamentos sobre se podemos e como podemos trabalhar a temática nos anos iniciais.

Sendo assim, esse estudo tem por objetivo apontar os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental, partindo do pressuposto que questões de sexualidade e educação sexual não eram um ponto a ser discutido e abordado em escolas há algumas décadas atrás pois a sociedade dessa época não reconhecia sua importância para o desenvolvimento de crianças e jovens e levando em consideração a dificuldade dos pais em falar abertamente sobre esse assunto em casa.

O estudo também busca relatar os desdobramentos que a criação dos Parâmetros Comuns

Curriculares (PCN's) causaram na abordagem de educação sexual dos estudantes, apresentar a importância de falar sobre a temática educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental e apontar a formação que os professores têm para trabalhar a abordagem do tema com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Compreendendo que a sexualidade deve ser vista como algo natural, cabe aos profissionais da educação a responsabilidade de solucionar dúvidas que seus estudantes levantem de forma clara e objetiva. Os dados coletados com base no tema proposto têm o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental?

É fato que a educação e a sociedade vêm se moldando de acordo com suas especificidades ao longo dos anos, a sexualidade é um tema que por muito tempo foi colocado como tabu para muitas famílias. Dito isso, a hipótese levantada por essa pesquisa é de que tanto a escola como os profissionais da educação necessitam investir na formação continuada, deixando o senso comum e estabelecendo uma relação de confiança com os estudantes para levantamentos de questões da sexualidade.

É fato que, se faz necessário essa compreensão em relação ao sexo. Sendo assim, o presente estudo pode auxiliar outros professores desse segmento a como agir e trabalhar em sala questões que envolvam a sexualidade. Isso porque, em épocas de infecções sexualmente transmissíveis (IST'S), gravidez precoce e abuso sexual, a falta de orientação adequada a estudantes acaba se transformando num problema social que exige soluções urgentes, portanto, cabe a responsabilidade dessas ações de conscientização tanto ao corpo docente quanto as famílias desses estudantes.

O presente estudo está dividido em capítulos. Na introdução, dá-se um panorama do trabalho, na revisão de literatura aborda-se a criação dos PCN's e suas orientações para o trabalho de educação sexual nas escolas, a importância do estudo dessa temática para os estudantes como também algumas concepções de sexualidade e as dificuldades dos professores na abordagem do tema, bem como a importância de uma qualificação dos mesmos voltados para a temática de educação sexual. No capítulo de procedimentos metodológicos, aponta-se o tipo de estudo e materiais coletados para a realização do mesmo. A análise de dados é um capítulo designado para a avaliação dos dados coletados para a realização desse trabalho e, no último capítulo algumas considerações finais sobre o estudo como um todo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A partir desse momento, o texto vai abordar o tema proposto em três subcapítulos que explicarão como a educação sexual foi colocada em pauta nos currículos escolares e como a temática vêm sendo trabalhada nas escolas brasileiras com foco nos anos iniciais do ensino fundamental. O texto ainda vai relatar a importância do professor no ensino da temática e qual vem sendo sua formação para que a educação sexual seja trabalhada em sala de aula de maneira efetiva.

2.1 Parâmetros Comuns Curriculares (PCN's) e a abordagem de educação sexual nas escolas.

Nos dias de hoje, a sexualidade é definida como uma dimensão biológica produzida social, cultural e historicamente, no qual o sujeito se encontra inserido (CARVALHO; MEDRADO, 2005) mas nem sempre foi assim. O debate sobre educação sexual nas escolas do Brasil começou a ser colocado em pauta nos anos 60, com propostas que apresentam a sexualidade a partir de aspectos biológicos, morais e religiosos.

Porém, só a partir da década de 90 que esse debate ganha força e legalidade, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e principalmente com o enfrentamento da epidemia do Vírus Imunodeficiência Adquirida (HIV) causador da AIDS. (GAVA; VILLELA, 2016).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e publicados em 1998, com o objetivo inicial de orientar as instituições escolares para trabalharem a reformulação de propostas pedagógicas, visando à melhoria das práticas docentes e à coerência dos investimentos no sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 1997)

Com dez cadernos em que há nos PCN's, há um que trata sobre a orientação sexual, que tem como princípio a abordagem do tema da sexualidade no ambiente escolar. Segundo o documento, o objetivo da orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. Propõe-se que seja trabalhado nas escolas de maneira transversal, em vista que a sexualidade é um tema rodeado de preconceitos, tabus crenças e valores individuais. (PALMA, 2015). Dito isso, para o tema ser abordado de maneira plural, é necessário que essas diferentes vertentes sobre aspectos da sexualidade encontrem um espaço de fala e escuta, seja por meio de diálogos, reflexões como também da possibilidade de reconstruir informações, de modo a permitir que o aluno transforme ou afirme concepções e

princípios, construindo assim seu próprio código de valores, ou seja o trabalho de Orientação Sexual deverá se dar dentro da programação, através de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões referentes ao tema. (BRASIL, 1998).

Conceitos sobre a sexualidade na infância e a puberdade são abordados pelo documento, que também aponta a postura do professor em relação a questões sobre a sexualidade no ambiente escolar, assuntos estes relatados pelo documento como uma questão bastante atual e frequente nas escolas. (BRASIL, 1998).

De acordo com o documento, o trabalho de orientação sexual sistemático e sistematizado veicula-se a promoção da saúde dos estudantes, possibilitando também a criação de ações de prevenção e a doenças sexualmente transmissíveis de maneira efetiva. O documento relata, porém, que diversas pesquisas apontaram que informação não é suficiente para a adoção de comportamentos preventivos, portanto, é papel da escola de forma diferenciada abordar os vários pontos de vista, crenças e valores existentes na sociedade para auxiliar o educando a encontrar um ponto de referência por meio de reflexão (BRASIL, 1998).

Para o trabalho de orientação sexual, os PCN's elencam os conteúdos segundo os seguintes critérios: relevância sociocultural, ou seja, conteúdos levantados pela sociedade atualmente; consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal e possibilidade de compreender a sexualidade de forma prazerosa e responsável. Seus conteúdos foram organizados três eixos norteadores: Corpo: matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. (BRASIL, 1998)

Já sobre os trabalhos de Orientação Sexual nas séries iniciais do ensino fundamental, o documento diz que por vezes, questões sobre sexualidade nesse segmento tende a ter um caráter informativo e esclarecedor sobre o tema, e que a curiosidade gira em torno da tentativa de compreender o que é o relacionamento sexual, como ele ocorre, as transformações no corpo durante a puberdade, os mecanismos da concepção, gravidez e parto. (BRASIL, 1998).

Passados mais de vinte anos após a publicação das PCN'S, as propostas governamentais ainda propõem um debate da sexualidade a partir de ideais biológicos, morais e até religiosos. Nery (2015), diz que essa limitação ao debate do tema deve-se em decorrência do preconceito

conservador vigente na sociedade. Segundo Nery isso implica negativamente na formação e construção de jovens cidadãos, se dando conta que ele não internaliza outros princípios da sexualidade, apenas a adequação a padrões cis-heteronormativos.

Um grande exemplo dessa limitação citada por Nery (2015) foi a mudança dos PCN's de educação sexual em que não foram inclusos os temas transversais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) retirando-a da abordagem feita pelos PCN, como tema transversal. Nesse documento, criado em 2015, foram incluídos os conteúdos e objetivos pedagógicos a serem utilizados por professores, coordenadores e gestores para a elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como os currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (BIANCO, 2017).

Ao explorar os objetivos de aprendizagem para os anos iniciais do ensino fundamental na base comum curricular, observamos na unidade que contempla as diferentes formas de vida uma proposta de aprendizado unicamente de origem biológica: “Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos, estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução” (BRASIL, 2016, p.292.)

Diante do exposto, sobre o retrocesso do tema educação sexual nas escolas, Cardoso (2016) diz que é necessário que os PCN's se adequem as transformações político e social em que o Brasil está passando, pois em tempos de extremo conservadorismo político, praticas sexistas, homofóbicas e de violência contra mulheres, talvez seja necessário resgatar o documento afim de reestruturá-lo para que a prática docente possa avançar.

2.2 A importância do ensino de Educação Sexual para a vida das crianças.

Desde cedo, as crianças manifestam sua sexualidade, se apresentando como seres sexuados, na descoberta entre o feminino e masculino. Essa fase começa com os bebês, que se entusiasmam brincando com as mãos e os pés. Pode-se notar que um pouco mais tarde, eles acham interessante tocar outras partes do corpo, como os genitais. Sobre a ereção, é comum que os meninos comecem a ter desde o nascimento, já as meninas, podem ter uma lubrificação vaginal após 24 horas de seu nascimento. Também é comum que os meninos e as meninas sintam prazer durante a amamentação, pois há uma ligação direta no centro sexual do cérebro. (SANTOS, RUBIO, 2013).

Paes, Favorito e Gonçalves (2015) ressaltam que é preciso perceber a sexualidade para além da genitalidade e ultrapassando o ato sexual em si, pois a sexualidade humana não se limita a

conduta sexual. A sexualidade envolve atitudes e ações que estão presentes no ser e agir do indivíduo e se expressa na maneira de ser e de estar no mundo e na fala de Nelson Vitiello segundo Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 253) “o sexo é apenas um dos aspectos da sexualidade e, talvez nem mesmo o mais importante.”

Mas então o que é sexualidade? A Organização Mundial de Saúde considera a sexualidade um aspecto fundamental na qualidade de vida de qualquer ser humano, sendo importante em tudo o que somos, sentimos e fazemos. Segundo a OMS, a saúde física, psíquico e sociocultural está relacionada a saúde sexual do ser humano. (OMS, 2006).

Freud, um dos primeiros estudiosos a pesquisar a sexualidade humana, publicou um livro em 1905, intitulado “Três Ensaios sobre a teoria da Sexualidade”, causando grande espanto na sociedade naquela época. Ele dividiu o desenvolvimento da sexualidade em diferentes fases, relatadas por Lima e Santos (2016):

- Fase Oral: Compreende o nascimento até os 2 anos de idade. A criança encontra o prazer na boca. E é por meio dela que ele descobre o mundo, explorando objetos e partes de seu corpo.
- Fase Anal: Nessa fase, a criança de 3 a 4 anos sente prazer em reter e eliminar urinas e fezes. Isso deve-se ao fato de a criança já ter controle do esfíncter.
- Fase fálica ou genital: Compreende a criança dos 3 a 5 anos, a partir daí a criança sente prazer em manipular seus órgãos sexuais. É uma fase marcada pelo autoconhecimento.
- Latência: Nessa fase, dos 5 aos 11, a criança apresenta um desvio na libido. Porém a curiosidade sexual existe, mas é canalizada em grande parte para o desenvolvimento intelectual e social. A curiosidade para descobrir o que é ser menino e menina ainda é marcante.
- Puberdade: Inicia-se, aos 12 anos, passa pela adolescência e acompanha toda a vida adulta. O desejo se torna a vontade de fazer sexo. No início, os hormônios se intensificam, a masturbação é normal nessa fase, assim como a primeira menstruação das meninas.

Complementando a teoria de Sigmund Freud, Lima e Santos (2016), ressaltam a importância de que pais e professores compreendam, acompanhem e respeitem esse movimento de desenvolvimento da sexualidade, pois a repreensão de alguma dessas fases pode criar um adulto confuso e frustrado.

Ao pensar na teoria de que a família é o primeiro contato onde a criança aprende sobre valores, crenças, ritos e costumes necessários para a convivência em sociedade, é importante que os pais sejam aptos a orientar e cuidar dessas crianças para que os valores transmitidos interfiram não só na vida como um todo, mas em suas vidas sexuais (Almeida; Centa, 2009) e, como cita Santana (2016), uma boa educação sexual contribui grandemente para o desenvolvimento de uma vida sexual saudável e sem conflitos.

Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) relatam que, no âmbito familiar, os pais nem sempre estão dispostos a encarar a reponsabilidade de estar presente no desenvolvimento de uma educação sexual libertária, isso porque muitos deles não têm conhecimento, habilidade ou competências para trabalhar esse tema com seus filhos. Nesse sentido, os mesmos autores concordam com a fala de Nelson Vitiello sobre a escola surgir como um espaço propício e privilegiado para o desenvolvimento de uma educação sexual emancipatória.

Ainda de acordo com o estudo de Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), a educação emancipatória segundo o livro “Os dogmatismos sexuais”, de Vasconcelos, os autores citam a educação emancipatória com o poder de abrir possibilidades, de fornecer informações sobre aspectos fisiológicos e principalmente informar sobre as interpretações da cultura bem como suas importantes possibilidades, nos levando a ter uma tomada lúcida de consciência. Além disso, a educação emancipatória dá condições de um desenvolvimento contínuo da sensibilidade criativa nos relacionamentos pessoais. Em aulas de educação sexual, esse conceito deixa de elencar as teorias somente em questões biológicas, psicológicas e moralistas.

Lima e Santos (2016) dizem que, não há um manual que exemplifique como a família deve tratar a sexualidade em casa. Porém, ao se surpreenderem com um ato obsceno é importante desviar a atenção da criança para outras motivações, evitando a repreensão, castigos ou ameaças. As perguntas ligadas ao tema não devem ser ignoradas, mas devem ser respondidas de acordo com a linguagem da criança, afim de sanar dúvidas e não as deixarem com a sensação de estarem sendo enganadas.

Os autores ainda relatam que descobrir como o corpo pode dar prazer faz parte do desenvolvimento da criança. E ao sentir essa sensação gostosa, eles vão querer repetir. Porém é importante estar atento a ações agressivas ou a repreensão ao toque, que podem estar ligados a um abuso sexual (LIMA, SANTOS, 2016)

Acredita-se que quando não trabalhada desde a infância, educação sexual se torna um fator de vulnerabilidade para situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, em especial, práticas do sexo inseguro, gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis como a AIDS (ou SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), aborto, entre outros problemas, como crimes sexuais, prostituição, pedofilia e traumas psicológicos e emocionais resultante da vivência de uma sexualidade frustrante (BRASIL, 1997).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o tratamento da sexualidade nos permite encontrar na escola um espaço de formação e informação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca. Para a convivência saudável da criança com questões ligadas ao sexo, é necessário que os pais e professores estejam aptos a compreenderem e auxiliarem o que se passa em cada momento da vida dessas crianças. Por isso, desde a idade da pré-escola, é preciso tratar as manifestações de sexualidade das crianças de forma natural sem julgá-las com valores de adultos, além de compreender bem o motivo da existência e necessidade da orientação sexual nos currículos escolares, que é o de quebrar tabus e esclarecer dúvidas de alunos e pais, auxiliando no crescimento da criança a nível de sua sexualidade (LIMA; SANTOS, 2016).

Santana (2016) afirma ainda que há famílias e educadores que tratam o tema num mundo de fantasia, onde “o papai colocou a sementinha na barriga da mamãe” o “conto da cegonha” ou ainda aqueles que dão apelidos a seus órgãos sexuais como “florzinha” “bilau” entre outros. Porém é importante que sejam ensinados os nomes científicos e as diferenças corporais que há entre homens e mulheres, afim de que as crianças aprendam sobre seus próprios corpos, contribuindo ainda para tratarmos o assunto com naturalidade e seriedade.

Se por um lado há uma busca pelo prazer, no outro conseguimos enxergar a imitação da criança pelo comportamento dos adultos. As mídias, tais como televisão e internet, são poderosas fontes de informações, ferramentas muitas vezes usadas de forma negligenciada e marginalizada. A apelação pela nudez, sexo e violência abertamente atrai a atenção da criança, que por curiosidade e pela praticidade de ver determinado assunto, recebe diversas informações que não cabem à sua idade, criando confusões e distorcendo a realidade. Cabe aos pais filtrarem esse acesso, para que as crianças não construam conceitos errôneos sobre a sexualidade. (SANTOS E RUBIO, 2013).

Entende-se o papel dos pais na educação sexual dos seus filhos. Esse conhecimento em casa é geralmente gerado baseando-se em conceitos religiosos, crenças, tabus, preconceitos; que, muitas

vezes, dificultam a ação do professor e da professora na escola diante das manifestações da sexualidade. Esses conceitos tendem a criar padrões de comportamentos, de relações entre os gêneros e de vivências de sexualidade. Há tentativas de imposição desses como verdades absolutas e como modelos perfeitos, haja vista que transgredi-los ocasiona a marginalização do transgressor. (AQUINO E MARTELLI, 2012)

Pensando na dualidade de ensino sobre a sexualidade em casa e na escola, detecta-se nesse ponto uma diferença entre o que está prescrito nos PCN's (BRASIL, 1998) e o que ocorre de fato nas instituições educativas como prática. O fato é que, é esperado que a escola proponha a discussão e debates de diferentes tabus e preconceitos, abordando a diversidade de ideias, dos valores e crenças sociais, desenvolvendo uma relação de parceria com a família desses estudantes, para que os mesmos possam desenvolver seu autoconceito sobre a sexualidade. Porém, na prática educativa, isso de fato deixa de existir em muitos casos, tornando a escola uma instituição neutra, sem compromisso com o social. (BIANCHI, 2018).

2.3. A dificuldade dos professores em trabalhar a sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental

Viu-se nos primeiros capítulos, que de fato a educação sexual não pode ser desassociada do projeto educacional., portanto, reflete essa estrutura de poder e apresenta dificuldades para o educador dialógico atuar coerentemente em uma estrutura que nega esse diálogo (MELO, 2011). A mesma autora ainda afirma que, para que se rompa essa barreira de dificuldade, é necessário dialogar a respeito da negação do diálogo sobre educação sexual.

Pois o diálogo, citado por Gadotti (2016, p.81) na percepção de Paulo Freire consiste em:

[...] uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação. No seu pensamento, a relação homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher e homem-mundo são indissociáveis. Como ele afirma: “ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam juntos, na transformação do mundo”. Nesse processo se valoriza o saber de todos. O saber dos alunos não é negado. Todavia, o educador também não fica limitado ao saber do aluno. O professor tem o dever de ultrapassá-lo. É por isso que ele é professor e sua função não se confunde com a do aluno.

Ribeiro (2017) diz que trabalhar com educação sexual deve ter como objetivo:

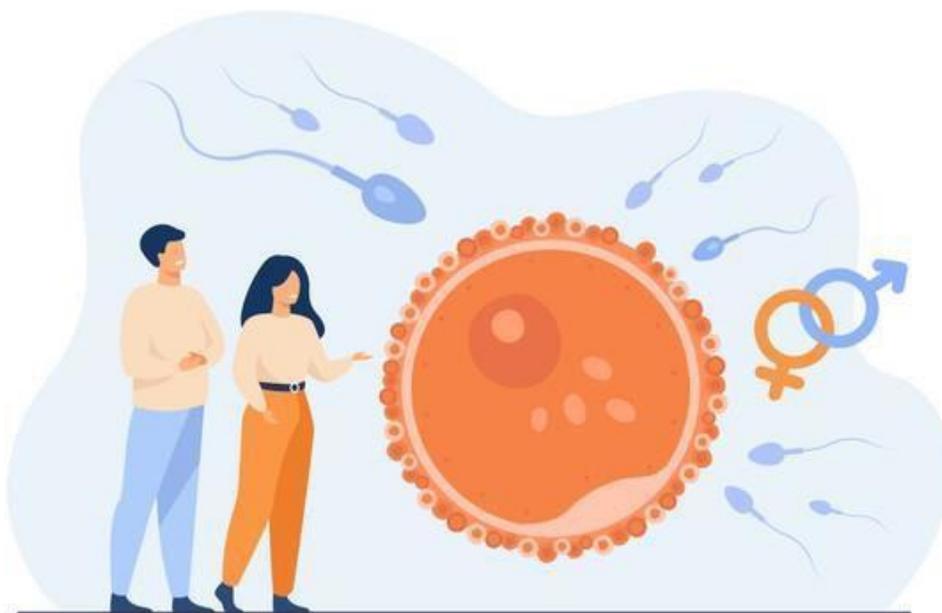
[...] desenvolver estratégias pedagógicas que permitam conhecer, refletir e questionar sobre Gênero, Classes Sociais, Raça e Etnia, Relações Geracionais, Cidadania, Direitos Humanos pois não é possível no contexto atual, abordar Sexualidade,

atitudes e comportamentos sexuais, falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Anatomia e Fisiologia Sexual, Gravidez, Métodos Contraceptivos, sem relacionarmos com as categorias sociais que vão possibilitar a compreensão de que nossa concepção e percepção da Sexualidade é uma construção histórica, e altera-se de época pra época e de povo pra povo. Ou seja, temos de ir além da informação biológica.

Na adaptação das propostas de abordagem pedagógica de educação sexual no Brasil apontadas por Nunes, é exposto as três vertentes dominantes dessa abordagem: (MELO, 2011).

Médico-biologista: Segundo Melo (2011), essa abordagem é recebida como repressora, onde a reprodução humana é o tema principal a ser discutido, ou seja, o ser humano é reduzido a uma estrutura responsável apenas por reproduzir e perpetuar sua espécie. Muito comum ainda no cenário escolar, essa vertente reforça a desigualdade entre os sexos, além julgar condutas sexuais diferentes do padrão dito “normal”, como “desvios”. Além disso, essa vertente é marcada pelo incentivo a desigualdade entre sexos, estipulando no cotidiano escolar, tarefas para meninas e para meninos, onde é estimulada a submissão das meninas.

Figura 1 – A Reprodução Humana



Fonte: Crya, medicina diagnóstica, 2021.

Normativo-institucional: A autora cita essa abordagem como uma rigorosa moral marcada pela repreensão, mistura conceitos científicos com conceitos religiosos. Defende os papéis sexuais

tradicionais do modelo ocidental cristão e a propagação do casamento patriarcal monogâmico, ou seja, da necessidade do homem em manter a propriedade em sua própria linhagem. Esse conceito é muito presente nas escolas, principalmente em livros onde só mostram um tipo de família, aquele padrão, constituída por pai, mãe e filhos. As instituições normativas preferenciais são a família tradicional, a igreja e a escola. Nessa vertente, é comum associarem as famílias em que o filho mais velho seja homem, reforçando o estereótipo de família tradicional.

Figura 2– Família Tradicional



Fonte: Sociedade Varonil, 2015.

Terapêutico-descompressiva: Melo (2011) relata que, essa vertente trata o sexo como algo banal, uma questão de produtividade e técnica. Revistas e televisão ensinam explicitamente o ato sexual, onde não ser virgem é questão de obrigação. Trata-se do consumo de relações, onde um consome o outro. Homem, mulher, criança são vistas como mercadorias sexuais. Naturaliza-se o sexo como mercadoria, uma vez que ele se apresenta como mecânico, não erotizado. Essa vertente

é vista fora da escola, porém é trazida indiretamente pelas pessoas da comunidade escolar, seja por piadinhas, expressões corporais, músicas e falas, sob forte influência das mídias sociais.

Figura 3– Banalização da Infância.



Fonte: Dom, 2021.

A proposta de educação sexual emancipatória, é defendida a princípio por Goldberg, que entende a Educação Sexual como um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma prazerosa, feliz e saudável, além de formá-lo como cidadão crítico, engajado e consciente nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade e que, para isso, o estudante necessita desenvolver sua autonomia quanto aos valores e atitudes ligados ao comportamento sexual e sua capacidade de exercer denúncias das situações repressoras da sexualidade. (FIGUEIRÓ 2001).

Além disso, Gadotti (1996), afirma que, um dos principais objetivos de Paulo Freire é educar para alcançar tal emancipação. Segundo o mesmo autor, essa é a marca inovadora desse método de educação. Freire se compromete com uma realidade de transformação, uma educação diferenciada por meio de diálogos entre família e escola.

Portanto, o que se espera de uma orientação sexual adequada e verdadeiramente efetiva aos estudantes são informações corretas cientificamente e esclarecimentos sobre as questões trazidas no âmbito escolar, importante para o bem-estar e tranquilidade dos estudantes e para o desenvolvimento de uma maior consciência sobre seus próprios corpos e melhores condições de prevenção a IST's, gravidez indesejada e abuso sexual (BRASIL, 1997).

Vários estudos apontam a dificuldade dos professores na realização da educação sexual nas escolas. Essa dificuldade segundo Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) se fundamenta na timidez, insegurança, falta de preparo, resultado da falta de formação docente, na reprodução da repressão sexual por parte dos professores, e até mesmo da ideia de que o tema deva ser tratado apenas pela família. Furlani (2009) ressalta a abordagem do tema no âmbito escolar numa versão excessivamente biológica, médico higienista e moralista.

A mesma autora critica os modelos citados anteriormente, no sentido de que a sexualidade bem como suas manifestações não deva se justificar com o objetivo de reprodução apenas. Isso porque, segundo a autora “A maternidade e paternidade são escolhas pessoais e integram o projeto de vida de cada pessoa, independente dela ter, ou não, capacidade reprodutiva” (2009 p. 46).

Uma pesquisa realizada por Gonçalves, Paes e Favorito (2015) com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental do Estado de Goiás, sobre como e se a educação sexual deve ser trabalhada nesse segmento, mostrou que, outro fator além daqueles apresentados por Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) são considerados pelas professoras: A imaturidade das crianças na abordagem do tema.

A fala das professoras sobre os fatores que dificultam a educação sexual nas escolas:

- “Porque muitos alunos nesta faixa etária (9 – 11 anos) vêm de uma convivência familiar complicada e com alguns conceitos totalmente equivocados no que se refere à sexualidade e não recebem bem o que queremos passar a eles” (Professora do quinto ano, 35 anos)

- “Porque a faixa de idade deles ainda não permite esse assunto” (Professora do segundo ano, 38 anos)

- “Pela minha formação, ainda, em alguns casos me sinto constrangida, inibida” (Professora do segundo ano, 50 anos)

- “Porque a formação que recebi não dá base para isso” (Professora da segunda série, 24 anos)

- “Por mais que eu sei fico com medo de alguns modos de falar” (Professora do segundo ano, 30 anos)
- “Eles não estão preparados para certas informações” (Professora do terceiro ano, 30 anos)
- “Não me sinto à vontade, pois alguns pais são bem exigentes e reclamam” (Professora do terceiro ano, 33 anos) (GONÇALVES; PAES; FAVORITO. 2015, p. 74).

O estudo de Gonçalves, Paes e Favorito (2015), ainda apontam um resultado preocupante sobre a abordagem da temática nas escolas. As professoras entrevistadas relataram diversas dificuldades ao falar da temática em sala de aula, dentre elas a falta de incentivo da escola em tratar o tema com os estudantes, por considerarem as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental novos demais para discorrer sobre educação sexual e pela falta de oportunidade de falar sobre o tema.

Outro estudo realizado por Mesquita (2020) com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental evidenciam um comportamento tímido e retraído de alguns estudantes na abordagem de temas relacionados a sexualidade, como se o tema fugisse da realidade e não os pertencessem.

Uma professora evidencia essa diferença de comportamento com crianças do 1º e 5º ano do ensino fundamental:

Com a turma do 1º aninho, direcionei o tema sexualidade humana para tratar do corpo da criança, dos cuidados, da higiene pessoal e da relação com o outro. Eles pareciam estar envergonhados. Já com a turma do 5º ano, iniciei o assunto com diálogos direcionados, nos quais os alunos expressaram suas ideias e dúvidas. As meninas até perguntaram sobre menstruação e relataram casos de abuso sexual. Aproveitei para destacar os cuidados com o corpo e a prevenção de doenças. (MESQUITA, 2020 p. 8)

Na fala de Argetini e Milani (2017), a sexualidade traz, entre seus inúmeros vínculos, o caráter social tornando imprescindível o envolvimento do professor, esperando que este adote postura de escuta aos alunos, prezando pelo respeito e interação entre eles. Figueiró (2006), diz que é possível observar que os estudantes apresentam a necessidade de falar e ouvir sobre o assunto com seus educadores. Nesse processo cabe a escola o papel de formar o indivíduo para o exercício da cidadania.

Já segundo PCNs (BRASIL, 1998), o educador deve entender por parte das crianças e adolescentes, a busca do prazer e as curiosidades manifestadas em torno da sexualidade como verdadeiro e lícito, uma vez que fazem parte integrante do seu processo de desenvolvimento.

Voltando ao estudo de Mesquita (2020), uma professora entrevistada diz que considera complexos alguns assuntos sobre sexualidade, porém busca estratégias para lidar com essas

dificuldades. Um exemplo dado pela professora, é a insegurança ao abordar sobre o assunto homossexualidade com os alunos, pois acredita que deve se informar e se atualizar para ter condições de tratar o tema com plenitude.

Sendo assim, as contribuições de Ribeiro (2019) trazem uma perspectiva sobre qual formação esses professores devem ter para tratar o assunto de forma clara, crítica e natural. O autor relata que, de 1997 a meados de 2013 houve um significativo avanço na visão da sociedade em relação ao empoderamento feminino, igualdade de gênero, combate à homofobia, direitos sexuais e reprodutivos, educação sexual na escola. Contudo, mesmo com todos esses avanços em áreas necessárias a serem debatidas em sala de aula, não houve investimento governamental para efetiva formação de educadores sexuais.

Gonçalves, Paes e Favorito (2015) dizem que para tratar a sexualidade e suas dimensões com crianças, é indispensável que os professores busquem meios de dominar o tema com responsabilidade, por meio de leituras, estudos, reflexões e discussões.

Pois, segundo Mattos, Ferreira e Jabur:

Entende-se por formação continuada as ações propostas com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional do educador, fazendo-o sujeito e construtor de seu modo de agir e ser profissional, refletindo sobre a prática tanto profissional quanto pessoal. Portanto, é imprescindível que a formação continuada seja desenvolvida através do modelo reflexivo. (2008, p.6-7)

A pesquisa realizada por Gonçalves, Paes e Favorito (2015) com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental ainda revela que, quando questionadas se os cursos de formação continuada dos professores são eficazes para abordar a educação sexual em sala de aula, 66,7% das educadoras entrevistadas afirmaram que sim. Contudo, segundo a mesma pesquisa, somente 57,1% das professoras afirmaram que trabalham a educação sexual. Esse fator leva a questionar a eficácia e qualidade da abordagem do tema nas instituições pesquisadas.

A fala das educadoras sobre a importância da formação continuada:

- “Os professores preparados vão ter mais liberdade de várias colocações sobre o assunto” (Professora da primeira série, 38 anos),
- “Uma capacitação vai preparar os docentes para trabalhar o assunto com mais segurança, até mesmo orientar os familiares da criança” (Professora da quinta série, 35 anos).
- “Por ser um tema complexo” (Professora da segunda série, 30 anos)

- “Porque é necessária formação continuada, principalmente sobre um assunto em constante presença entre e os alunos” (Professora da segunda série, 29 anos). (GONÇALVES; PAES; FAVORITO, 2015 p. 76).

Carvalho (1998) fala sobre a necessidade de uma política pública de formação, que aborde a formação integral, como também boas condições de trabalho, remuneração e formação continuada dos educadores. Para o autor, cuidar da valorização dos profissionais do magistério é primordial para a melhoria da qualidade de ensino oferecido aos estudantes. Ainda sobre a necessidade da formação continuada, Santos (2017) diz que os professores não trabalham exclusivamente com os conhecimentos científicos, mas com improviso na ação, um aumento da prática profissional como resultado do período de seu curso de formação inicial. Nessa concepção, o saber docente é mais do que o saber teórico. O saber docente é uma conjunção do saber teórico contextualizado em uma ação, aplicado em situações do dia a dia e que mobiliza recursos cognitivos e saberes da experiência docente.

Figueiró (2001), salienta que há professores buscando formação nessa vertente, principalmente ao longo dos anos. A autora cita o pensamento de Feil, em razão da crítica sobre a ineficácia dos cursos, palestras e treinamentos ofertados para a o ensino da temática para professores. Além dessa ineficácia de cursos ofertados, a autora cita estudiosos como Caldeira, Kramer e Moysés, que defendem a oferta de cursos de formação continuada na própria instituição de ensino que os profissionais estejam inseridos, orientados por um profissional que esteja envolvido com a escola e, portanto, que conheça suas especificidades.

Quando é proposto um trabalho de Educação Sexual na escola, Silva (2016) cita a obra de Figueiró (2006), quando afirma que os educadores precisam ter clareza: com que tipo de educação vão estar comprometidos; qual é a concepção de educação que vai definir seu trabalho, quais são os alvos do trabalho a ser realizado; qual o papel do educador sexual; por que e para que colocar em prática programas de Educação Sexual.

A formação continuada, é uma contribuição importante de aprendizado do professor. Portanto, deve-se considera-la como um processo que demanda tempo, ao acreditarmos que o professor precise repensar sua prática docente, alimentando-as com reflexões coletivas com aqueles que estão inseridos no contexto educacional. (FIGUEIRÓ, 2001)

E fato que, a sexualidade é uma das questões de maior dificuldade no processo educacional, pois traz consigo inúmeros desafios aos educadores e no seu trabalho cotidiano de ensinar, onde

pode ser observada uma forte tentação ao sexo e também uma abertura aos valores morais e sexuais enraizados em sociedade, pois várias transformações culturais estão ocorrendo desde o surgimento da autonomia sexual feminina e da diversidade sexual (FIGUEIRÓ, 2001). Ribeiro (2017) enfatiza que investir em Educação Sexual enquanto campo de saber científico possibilita a aquisição de maior compreensão de questões que envolvam a sexualidade, desconstruindo preconceitos e valores decorrentes do senso comum que se encontram engessados na cultura e na sociedade.

É necessário reconhecer a Educação Sexual como um saber necessário que possibilite o rompimento de ideias repressoras, preconceituosas e discriminatórias cristalizadas ao longo da história, além de ser também uma ação de cidadania e direitos que estimule a formação de um ser humano consciente de como se processam as relações sociais. Toda ação educacional no espaço escolar deve ser formativa e humanizadora, daí a necessidade de pensar nela como um local privilegiado para a formação de crianças e jovens. (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, que teve como problema a seguinte questão norteadora: Quais são os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental?

A pesquisa conta com uma abordagem qualitativa, a qual Medeiros (2012) define pela produção de achados que não perpassam por nenhum processo de quantificação. O autor ainda cita que essa modalidade de pesquisa nos fornece a compreensão sobre o universo e suas experiências, comportamentos e emoções, como também um aprendizado sobre o funcionamento organizacional, cultural e social entre pessoas, grupos e instituições.

Trata-se assim de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Pizzani (2012 p. 54) “[...] é um trabalho investigativo minucioso em busca do conhecimento e base fundamental para o todo de uma pesquisa [...]. Nela buscou-se apontar os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental, levantando a hipótese de que tanto a escola como os profissionais da educação necessitam investir na formação continuada, deixando o senso comum e estabelecer uma relação de confiança com os estudantes para levantamentos de questões da sexualidade.

Senso assim, durante o período de abril de 2021 a outubro de 2021 foram realizadas buscas de trabalhos acadêmicos dirigidos à temática da pesquisa nas seguintes bases de dados: Google

Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Ministério da Educação, Organização Mundial da Saúde. Também foram considerados os trabalhos disponibilizados nas Revistas: Acta Paulista de Enfermagem; Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional; Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação; Educação e Sexualidade; Revista Eletrônica de Enfermagem; Experiências em Ensino de Ciências; Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico; Temas em Psicologia; Trabalho, Educação e Saúde (*TES*); RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Diversidade e Educação e Revista Eletrônica Saberes da Educação.

Foi utilizado também o trabalho publicado no livro: Paulo Freire: Uma Bibliografia. Igualmente foram considerados os documentos oficiais que abordam diretamente o tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental. Para as buscas foram utilizadas as palavras-chave: anos iniciais do ensino fundamental; educação sexual; formação continuada; sexualidade; professor. Foram selecionados 29 trabalhos referentes ao tema, sendo 13 periódicos, 7 artigos científicos, 3 documentos oficiais, 2 dissertações de mestrado, 2 teses de doutorado, 1 monografia e 1 livro digital.

De posse das informações, iniciou-se a leitura e triagem dos textos, em outros termos, partiu-se para análise e interpretação do material de acordo com o tema escolhido buscando responder às questões propostas na presente pesquisa, resultando a tabela abaixo:

Tabela 1- Natureza e quantitativo dos trabalhos consultados

Natureza do trabalho identificado	Quantitativo
Periódicos	13
Artigos Científicos	7
Documentos Oficiais	3
Dissertações de Mestrado	2
Teses de Doutorado	2
Monografias	1
Livro Digital	1
Total	29

Fonte: a autora.

Após a análise do material selecionado, seguiu-se a organização e categorização das temáticas e à redação dessa pesquisa cuja discussão e análise dos dados são apresentados a seguir.

4 ANÁLISE DE DADOS

O presente capítulo, visa analisar as contribuições apresentadas neste estudo, com o intuito de apontar os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em um primeiro momento, buscando compreender a relação aos desdobramentos que a criação dos PCN's causou na abordagem e educação sexual dos estudantes, Carvalho e Medrado (2015) iniciam a discursão apontando que a sexualidade é uma dimensão biológica, que é produzida por meios social, cultural e históricos, concordando com o que é relatado nos PCN's de 1998, onde os conteúdos para o trabalho de orientação sexual seguem esses critérios biológicos, socioculturais e históricos da sexualidade. (BRASIL, 1998).

Estabelecendo uma espécie de “linha do tempo” sobre o início do debate da educação sexual nas escolas do Brasil, voltando para os anos 60, onde de acordo com Carvalho e Medrado (2015) o debate sobre educação sexual começara a ocorrer, porém visando aspectos morais, biológicos e religiosos. Essa abordagem se comparada aos anos 2000 segundo Nery (2015), é relatada que surpreendentemente, ainda hoje, esses aspectos ainda prevalecem na abordagem de orientação sexual, não apenas nas escolas como no âmbito familiar.

Apesar do debate sobre a educação sexual ser levantado nos anos 60, os autores Gava e Villela (2016) observam que foi apenas nos anos 90 que essa temática ganhou força e relevância na sociedade, isso deve-se a criação da Constituição Federal de 88, do ECA e da epidemia de AIDS que assolava o país. Os PCN's foram criados com o intuito de, principalmente orientar, promover e prevenir os estudantes sobre doenças sexualmente transmissíveis em uma época onde a população se encontrava em meio a uma crise na saúde. (BRASIL, 1998).

Palma (2015) e Brasil (1998), atribuem a importância de se trabalhar a orientação sexual de forma transversal, que já é prescrito nos PCN's, pois o objetivo da orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. A atribuição de ambos converge com o que é determinado pela nova BNCC (BRASIL, 2017), documento que não incluiu os temas transversais retirando-a da abordagem feita

pelos PCN's. Nesse novo documento é relatado que os objetivos de aprendizagem na unidade que contempla as diferentes formas de vidas para os anos iniciais do ensino fundamental visam uma proposta unicamente biológica, não levando em conta os aspectos social, cultural e históricos apresentados anteriormente.

Nesse sentido, Nery (2015) relata que a não inclusão desses temas transversais, entre eles de orientação sexual, significa um retrocesso no que se refere ao debate da sexualidade nas escolas como um todo, e esse retrocesso implica diretamente e negativamente na formação e construção de cidadãos que compreendem e exercem sua sexualidade com plenitude, se dando conta que ele não internaliza outros princípios da sexualidade, como fora apresentado nos PCN's (1998) e sim apenas o biológico, de reprodução, e adequação a padrões cis-heteronormativos. Nery diz ainda que essa limitação ao debate do tema deve-se em decorrência do preconceito conservador vigente na sociedade, como já foi relatado anteriormente por Carvalho e Medrado (2015). Na mesma direção, Cardoso (2016), diz que é necessário que os PCN's sejam resgatados e se adequem as inúmeras transformações vigentes na sociedade, excluindo práticas sexistas, machistas, conservadoras, homofóbicas e de violência contra mulheres.

Em relação a importância de falar sobre a temática educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental, Santos e Rubio (2013) juntamente com Lima e Santos (2016) ratificaram o estudo dos “Três Ensaios sobre a teoria da Sexualidade” de Sigmund Freud, onde é relatado que as crianças manifestam sua sexualidade desde o nascimento, apresentando-se assim como seres sexuados bem como as diferentes fases que essa sexualidade é desenvolvida.

Apesar do espanto que a teoria de Freud causou na época e os resquícios que podem ocorrer na sociedade atual e pensando em crianças como seres sexuados, Paes, Favorito e Gonçalves (2015) relatam que, a sexualidade deve ser vista para além da genitalidade, ou do ato sexual de fato, assim como o documento da OMS (2006) revela, que a sexualidade é um aspecto imprescindível na vida de um ser humano, estando diretamente ligada ao desenvolvimento ou falta da saúde psíquica, física e sociocultural.

Corroborando para o que o documento da OMS (2006) relata sobre a importância da sexualidade, Lima e Santos (2016) observam que é de fundamental importância o reconhecimento dessas etapas da sexualidade tanto por parte dos pais dessas crianças quanto pelos professores e corpo docente na escola, pois a repressão da sexualidade pode aflorar adultos frustrados e confusos.

Já o pensamento de Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) convergem com os de Lima e Santos (2016) no que se refere a presença dos pais na educação sexual de seus filhos. Os autores revelam que os pais nem sempre estão dispostos a encarar a responsabilidade de estar presente no desenvolvimento de uma educação sexual libertária, ou emancipatória como diz Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) e isso porque muitos deles não têm conhecimento, habilidade ou competências para trabalhar esse tema com seus filhos.

Lima e Santos (2016) dizem que não há manual que ensine os pais a trabalharem a temática de forma efetiva com seus filhos. Nesse sentido, Almeida e Centa (2009) fazem uma análise sobre a contribuição da família no primeiro contato das crianças para valores e ritos de convivência em sociedade. O autor diz que é necessário que os pais estejam aptos a desenvolver essas informações que ajudem não só na convivência em sociedade, mas em suas vidas sexuais, portanto, é necessário estar sempre atento a questões levantadas pelas crianças, respondendo de maneira a não deixar dúvidas, de forma esclarecedora, mas que não fuja da realidade e nem da faixa etária da criança.

Nessa perspectiva de que a educação sexual deva ser abordada de maneira mais realista, como foi citado acima, Santana (2016) concorda com o pensamento de Almeida e Centa (2009) e ainda atribui que, usar metáforas para relatar a gravidez como o conto da cegonha ou dar apelidos aos órgãos sexuais é um retrocesso se pretendemos tratar o tema com seriedade e naturalidade. O autor enfatiza a importância dos pais e professores estabelecerem uma parceria no sentido de ensinar os nomes científicos dos órgãos sexuais com o objetivo de a criança conhecer seu corpo e até mesmo para evitar casos de abusos sexuais.

Santana (2016) revela ainda que uma boa educação sexual contribui grandemente para o desenvolvimento de uma vida sexual saudável e sem conflitos, por isso, de acordo com Lima e Santos (2016) e os PCN's (1998) dizem que desde a idade da pré-escola, é preciso tratar as manifestações de sexualidade das crianças de forma natural sem julgá-las, além de compreendermos bem o motivo da existência e necessidade da orientação sexual nos currículos escolares, que é o de quebrar tabus e esclarecer dúvidas de alunos e pais, auxiliando no crescimento da criança a nível de sua sexualidade, ainda evitando riscos relacionados ao exercício da sexualidade.

Os PCN's (1998) propunham a discussão e debates de diferentes tabus e preconceitos, abordando a diversidade de ideias, dos valores e crenças sociais, desenvolvendo uma relação de parceria com a família desses estudantes, para que os mesmos possam desenvolver seu

autoconceito sobre a sexualidade, porém a prática educativa na fala de Bianchi (2018) relata que isso de fato deixa de existir em muitos casos, tornando a escola uma instituição que não busca efetivar essa educação, sem compromisso com o social. O pensamento de Aquino e Martelli (2012) reflete a ideia de Bianchi (2018) pois diz que a orientação sexual em casa visa propagar tabus, religião e preconceitos dificultando a ação do professor e criando verdades absolutas que quando não seguidas, sugere a marginalização da criança.

Com relação a formação que os professores têm para trabalhar a abordagem do tema com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, Melo (2011) cita primeiramente a negação do diálogo sobre educação sexual, o que também é apontado por Gadotti (2016) na fala de Paulo Freire, onde o diálogo e sua importância consistem em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação.

Ainda sobre a falta de diálogo sobre a temática, Mesquita (2020) em seu trabalho de pesquisa reproduz a fala de professores sobre o tema nos anos iniciais, onde relatam que os estudantes apresentam comportamento tímido e retraído como se o assunto fugisse da realidade. Porém Figueiró (2006) discorre que os estudantes sentem a necessidade de ouvir e falar sobre o assunto com seus educadores.

Nesse sentido, Argenti e Millani (2017) enfatizam a importância do envolvimento do professor na abordagem da temática e conseqüentemente na prática do diálogo, esperando que este adote postura de escuta aos alunos, prezando pelo respeito e interação entre eles.

As abordagens de educação sexual nas escolas de acordo com Melo (2011) na perspectiva de Nunes, ressalta três vertentes dominantes que é confirmado posteriormente por Furlani (2009). São elas: médico- biológica, normativo- institucional e terapêutico descompreensiva. Furlani destaca que a abordagem do tema é principalmente desenvolvida com ideais biológicos, onde a reprodução é o principal foco. O autor critica essa abordagem e cita que a maternidade e paternidade deveriam ser escolhas dos indivíduos.

Pensando na abordagem que os professores devem aplicar em sala e como os estudantes devam desenvolver sua sexualidade, Gadotti (2016) cita a educação sexual emancipatória, muito defendida por Paulo Freire.

Figueiró (2001) corrobora com as contribuições de Gadotti (2016) e traz uma definição de educação sexual emancipatória na perspectiva de Goldberg, que entende a Educação Sexual como

um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma prazerosa, feliz e saudável.

É necessário que o educador compreenda a necessidade de trabalhar educação sexual nas escolas. De acordo com Ribeiro (2018) essa necessidade é pautada em conhecer, refletir, questionar questões que são impostas pela sociedade como questões de gênero, raça, cidadania, direitos humanos e questões geracionais.

Silva (2016) ainda relata na perspectiva de Figueiró, que o educador precisa ter clareza do que, para que e para quem precisa falar sobre educação sexual, pois de acordo com Santos (2017) o saber docente é mais do que o saber teórico, portanto como Monteiro e Ribeiro (2020) dizem que a formação educacional deve ser formativa e humanizadora. Nesse sentido, pensando na formação continuada como meio de preparar os professores na abordagem o tema de maneira significativa, o estudo de Gonçalves, Paes e Favorito (2015) relatou que os cursos de formação continuada dos professores são eficazes para abordar a educação sexual em sala de aula, contudo, a mesma pesquisa revela que apenas metade das professoras trabalham o tema em sala de aula. Esse fator leva a questionar a eficácia e qualidade da abordagem do tema nas instituições pesquisadas e se os professores realmente compreendem a necessidade da inserção dessa temática.

Ribeiro (2017) revela que a abordagem de Educação Sexual, de forma efetiva desconstrói preconceitos e valores decorrentes do senso comum que se encontram engessados na cultura e na sociedade. Figueiró (2001) também cita essa bagagem enraizada, revelando ser um dos motivos de maior dificuldade na abordagem do tema.

Segundo Mesquita (2020), há professores buscando formação nessa vertente, principalmente ao longo dos anos. Porém, mesmo que os educadores se conscientizem da necessidade e da clareza do que e para que abordar a educação sexual, as contribuições de Ribeiro (2020) revelam que falta investimento governamental para formar professores capazes de discutir temas antes apontados por Ribeiro (2018), como empoderamento feminino, combate a homofobia, igualdade de gênero, direitos sexuais. No mesmo sentido, Carvalho (1998) cita a necessidade de uma política pública de formação, que aborde a formação integral, como também boas condições de trabalho, remuneração e formação continuada dos educadores.

Sobre a formação dos educadores, Figueiró (2001) relata que mesmo sem iniciativa governamental, a oferta de cursos de formação continuada descrita por Mattos, Ferreira e Jabur (2008) como ações propostas com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional do educador deve

ser oferecida e encorajada pela instituição em que os educadores trabalham e, de preferência, que esses professores sejam orientados por algum profissional da própria instituição, que conheçam as demandas existentes na escola.

Já segundo Gonçalves, Paes e Favorito (2015) é necessário que os próprios professores busquem meios de dominar o tema com responsabilidade, por meio de leituras, estudos, reflexões e discursões.

Sobre as dificuldades dos professores na abordagem da educação sexual, Gonçalves, Paes e Favorito (2015) ainda apontam de acordo com seu estudo que a falta de informação, a faixa etária, a repreensão dos pais e o medo de falar sobre o assunto são alguns dos fatores que mais estão relacionados a essa dificuldade. Esse mesmo pensamento é exposto por Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) quando dizem que muitos educadores ainda acham que o tema deve ser abordado pela família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações aqui expostas conclui-se que são vários os desafios enfrentados pelo professor na abordagem do tema educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental, justificados pela falta de apoio tanto da família dos estudantes, do corpo docente e do governo, pela enraizada cultura tradicionalista presente e vigente em nossa sociedade e principalmente pela falta de informação/formação dos educadores em relação a abordagem de educação sexual em sala de aula de maneira efetiva independentemente da idade ou do segmento em que esses estudantes estão inseridos.

Através desse estudo, foi possível conhecer os Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual, um documento que desde sua criação é de muita relevância para nortear o que os educadores devem considerar quando o assunto é a educação sexual dos estudantes, pois os temas transversais buscam inserir no cotidiano escolar problemas que são fundamentais e urgentes na sociedade. Por isso, é tão importante que esse documento não seja esquecido, seja revisado, estudado e colocado em prática pelos professores que buscam tratar a temática de modo relevante aos estudantes.

Também compreendeu-se a importância de abordar a temática orientação sexual com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, apreendendo que as crianças são seres

sexuados e demonstram isso desde o nascimento. A presente pesquisa oportunizou o entendimento de que o papel da família em parceria com a escola é de fundamental importância para romper essa barreira de que a sexualidade se limita ao ato sexual ou está relacionado a algo vulgar ou proibido e que as crianças não devam ter acesso a informações sobre sexualidade é de total relevância para que esses estudantes possam se expressar, entender e aceitar seus corpos, esclarecer dúvidas e evitar casos de vulnerabilidade para situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade como abuso sexual, gravidez indesejada, IST's, etc.

Em relação a formação que os professores têm para trabalhar o tema com os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, foi detectado uma deficiência nas demandas de procura e oferta em relação a essa formação. Foi possível compreender as diversas dificuldades relatadas pelos professores quando o assunto é educação sexual, algumas delas estão pautadas na vergonha, em achar que os estudantes desse segmento não apresentam a necessidade de falar sobre o assunto, no medo que esses professores tem sobre o que as famílias vão falar caso essa temática seja trabalhada em sala de aula, mas principalmente, pela falta de conhecimento desses educadores sobre o tema, bem como abordá-lo sem julgamentos. Esse déficit de professores a procura de uma formação continuada é justificado pela falta de iniciativa governamental, como também pela falta de incentivo da escola no aprofundamento do tema.

Dito isso, entende-se que a hipótese levantada por essa pesquisa, de que tanto a escola como os profissionais da educação necessitam investir na formação continuada, deixando o senso comum e estabelecer uma relação de confiança com os estudantes para levantamentos de questões da sexualidade se confirma, visto que de acordo com o material analisado através da revisão bibliográfica, os estudantes sentem a necessidade de dialogar com seus professores sobre o tema mas, necessitam estabelecer uma relação próxima e de confiança para que não sejam julgados ou reprimidos, assim como o professor precisa aprender a dialogar e a tratar essas questões de maneira crítica, natural e séria, e isso se dá principalmente através de pesquisas, estudos e cursos de formação continuada.

Esse trabalho de pesquisa foi de um aprendizado grande e reflexivo, pois foi perceptível que a grande maioria da sociedade ainda enxerga a sexualidade como um tabu, algo que deve ser proibido, rejeitado ou até pecaminoso. A sexualidade quando trabalhada, normalizada e compreendida desde os primórdios, é de fundamental importância para o desenvolvimento pleno da criança em sociedade.

Mas, para que essa temática seja dialogada efetivamente, é necessário que o conhecimento e a prática estejam juntos em um único propósito. É necessário mais do que um professor ou um palestrante como vemos em algumas escolas dispostas a trabalhar o tema, é necessário que toda a comunidade escolar esteja empenhada a trabalhar e corrigir os erros de abordagens do passado.

É necessário romper os preconceitos e excluir aquilo que o senso comum traz. Quando os professores, a escola, os pais e a sociedade compreenderem e tratarem o tema da forma mais natural e comum possível, esse tabu finalmente será minimizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.C.C.H.; CENTA, M.L. **A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem**. Acta Paulista de Enfermagem. Vol.22 n.1. São Paulo. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000100012. Acesso em: 16 mai 2021.

ARGENTI, P. C.; MILANI, D. R. C. **Educação Sexual e docência: As relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola**. Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação - Araraquara. Vol. 19, nº 2, p. 212 – 223. Julh/Dez 2017. Acesso em: 02 mai 2021.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andréia Cristina. **Escola e Educação Sexual: uma relação necessária**, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>. Acesso 02 de mai. 2021.

BIANCHI, et. al. **Orientação Sexual no Âmbito escolar: caminhos a serem percorridos no ensino fundamental**, 2018. Disponível em <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/ed7/1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021

BIANCO, A.P. Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física: Trajetórias e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. p. 157. 2017. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/4498.pdf. Acesso em: 8 de mai 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 10 mai. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>. Acesso em: 8 de out. 2021.

CARDOSO, F. A.; SILVA, A. J. F.; SILVA, P. S., Uma Análise dos PCN Orientação Sexual Dezoito Anos Depois. v. 11 n. 28 (2016): **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/321/322>. Acesso em 15 mai 2021.

CARVALHO, D. P.; **A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica**. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/TGxy7Jw4J4KLF6NkTM3DBzN/?lang=pt>. Acesso 17 mai 2021.

CARVALHO, A. M., RODRIGUES, C. S., MEDRADO, K. S. (2005). **Oficinas em sexualidade humana com adolescentes**, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 02 de mai. 2021.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001. 316 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190864>. Acesso em 10 set. 2021.

FURLANI, J. **Encarar o desafio da Educação Sexual na escola**. In: PARANÁ Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 216 p. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/CadernosTematicosDiversidade.pdf#page=37>. Acesso em: 23 out. 2021.

GAVA, T., VILLELA, W. V., **Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2016, n. 24. pp. 157-171. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/B48F6W667b4w6tQZhHHy3Yn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2021

GADOTTI, M. (1996). **Paulo Freire: Uma bibliografia**. São Paulo: Brasília. Editora Cortez Instituto Paulo Freire: Unesco. - Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf. Acesso em 11 set. 2021.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G., **Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios**. Holos. Rio Grande do Norte, v.5, n.29, p. 251-263, out. 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784/741>. Acesso em: 8 out 2021.

GONÇALVES, R. C.; PAES, D. C.; FAVORITO, A. P. Educação Sexual nas séries iniciais do Ensino Fundamental: O que educadoras da rede municipal de ensino de Pires do Rio (Goiás) têm a dizer?. **Multi-Science Journal**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 69–78, 2018. DOI: 10.33837/msj.v1i3.122. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/index.php/multiscience/article/view/122>. Acesso em: 23 out. 2021.

LIMA, F. M. N. P.; SANTOS, J. **Educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental**. Faculdade São Luís de França- SE, 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/EDUCACAO-SEXUAL-NAS-SERIES-INICIAIS-DO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf> . Acesso em: 06 ago 2021.

MATTOS A. H.; FERREIRA A.; JABUR S.S., **O papel do educador na construção de uma sexualidade emancipadora do colégio estadual Gabriel de Lara em Matinhos- PR**. Matinhos-PR, 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/388_912.pdf Acesso em: 9 out. 2021.

MELO, S. M. M. et al, **Educação e sexualidade** – 2.ed. rev. – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/documentos/Caderno_Pedag_gico_Educa_o_e_Sexualidade__CEAD_UDESC_15508548474075_1217.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

MESQUITA, A. S. Compreensões de professoras dos anos iniciais sobre sexualidade humana no contexto do letramento científico. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e115120, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.especial.1151. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1151>. Acesso em: 4 out. 2021.

MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M. Linguagem, comunicação e educação sexual integradas aos direitos humanos e a cidadania na escola. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 8, n. 17, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/297>. Acesso em: 13 jun. 2021.

NERY, et. al. **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes**. Acta Paulista de Enfermagem, vol.28 n.3 São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002015000300287&script=sci_arttext. Acesso em: 19 mai. 2021

Organização Mundial de Saúde. Os Direitos Sexuais Por Associação Mundial da Sexualidade. OMS, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Intel/Downloads/oms%20direitos%20sexuais%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Intel/Downloads/oms%20direitos%20sexuais%20(1).pdf). Acesso em: 13 ago 2021.

PALMA, Y. A.; PIASON, A. S.; MANSO, A. G. e STREY, M. N., **Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil**. Temas psicol. [online]. 2015, vol.23, n.3, pp. 727-738. ISSN 1413-389X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751492016.pdf> . Acesso em 19 mai 2021.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 23 out. 2021.

RIBEIRO, P. R. M. Entrevista Educação para a Sexualidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 7–15, 2017. DOI: 10.14295/de.v5i2.7867. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867>. Acesso em: 9 out. 2021.

SANTANA, M.F.S. **Educação sexual para crianças: o papel da escola**. Orientador: Prof.^a Msc Rita de Cássia Dias Leal 2019. TCC (Graduação) Curso de Pedagogia, Faculdade São Luís de França. Aracaju, 2016. Disponível em https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_09-1.pdf. Acesso em: 27 setembro 2021.

SANTOS. C. R. **As representações sociais sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - PNAIC: o olhar dos (as) professores(as) alfabetizadores(as) do município de

Natal-RN. 2017. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2017.

SANTOS, I.A; RUBIO, J.de A.S. **A Orientação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: Possibilidades e Desafios. Revista Eletrônica Saberes da Educação. v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Inaia.pdf>. Acesso em: 3 jun 2021.

SILVA, E. A. **Filosofia, educação e educação sexual**: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana. 2001. 287p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253692>>. Acesso em: 31 jun. 2021.

SILVA, R.D., **Educação Sexual: Uma contribuição a formação continuada de professores**. - Paraná, 2016. Disponível em: http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/6273.pdf Acesso em: 15 set. 2021.

